VIOLÊNCIA CONTRA LGBTs+ NOS CONTEXTOS ELEITORAL E PÓS-ELEITORAL

BRASIL 2019

VIOLÊNCIA CONTRA LGBTs+

NOS CONTEXTOS ELEITORAL E PÓS-ELEITORAL

Gn

A primeira edição do relatório da pesquisa **"Violência contra LGBTs+ nos contextos eleitoral e pós-eleitoral"** é uma publicação da **Gênero e Número**, organização de mídia que atua na intersecção da pesquisa, do jornalismo de dados e do debate sobre gênero e direitos das mulheres no Brasil.

Esta publicação está licenciada sob uma licença Creative Commons CC BY-NC 4.0 BR, que permite a qualquer pessoa interessada: remixar, transformar e criar outros materiais a partir deste, e também copiar e redistribuir material em qualquer formato ou suporte desde que não haja fins comerciais e desde que seja atribuído o crédito aos autores.

EQUIPE RESPONSÁVEL POR ESTE RELATÓRIO

TEXTO

Lucas Bulgarelli [coordenador da pesquisa]

Arthur Fontgaland [pesquisador-assistente]

ANÁLISE DE DADOS

Flávia Bozza Martins

PROJETO GRÁFICO

Marilia Ferrari

EDIÇÃO E COORDENAÇÃO

Giulliana Bianconi

REVISÃO

Vitória Régia da Silva

ACESSE A PESQUISA COMPLETA E REPORTAGENS

WWW.VIOLENCIALGBT.COM.BR

01/// Apresentação **05**

02/// Uma pesquisa para o jornalismo **12**

03/// Principais achados da sigla **15**

04/// Resultados da Pesquisa

>Engajamentos LGBT+ durante as eleições **29**

>Percepções de Violências contra LGBT+ **32**

>Quem, onde, como e quantas vezes? **35**

Qualificando violências nas eleições de 2018

>Violências e ameaças nas redes sociais **44**

>Respostas e enfrentamentos **47**

05/// Metodologia **51**

06/// Conclusões **60**

07/// Recomendações **64**

08/// Referências **66**

09/// Fontes jornalísticas **69**

01///

Apresentação

01///
Apresentação

O aumento de candidaturas LGBT+ nas eleições de 2018[1], notadamente de mulheres trans e travestis[2], bem como a proliferação de campanhas políticas contrárias aos direitos da população LGBT+, colaboraram para que os debates sobre gênero e representatividade ganhassem grande repercussão durante o período eleitoral. Nas redes sociais online — e fora delas — foi possível tomar conhecimento de situações de acirramento entre defensores e opositores dos direitos LGBT+. Declarações do então candidato a presidente Jair Bolsonaro a respeito dos homossexuais e outros grupos vulneráveis[3] estimularam, em certa medida, parte de seu eleitorado a expor preconceitos e discriminações.

Houve uma escalada do discurso de ódio no contexto eleitoral. Ativistas e militantes denunciaram agressões físicas ou verbais contra pessoas LGBT+. O assunto passou a ocupar os noticiários. Além dos depoimentos de pessoas LGBT+ que sofreram xingamentos e ofensas nas redes sociais[4] por parte de eleitores e apoiadores de campanhas de extrema direita, foram noticiadas situações envolvendo ameaças de morte[5] e homicídio[6] de pessoas LGBT+ com motivação político-eleitoral. Em outubro de 2018, foi divulgada uma gravação de vídeo onde um grupo de torcedores de futebol entoava um cântico homofóbico no metrô de São Paulo: "Ô bicharada, toma cuidado, o Bolsonaro vai matar veado"[7] . O vídeo se tornou viral nas redes sociais três dias antes do primeiro turno das eleições gerais.

Com o fim da corrida presidencial, a sensação de medo e insegurança vivenciada por pessoas LGBT+ não se dissipou. Casais decidiram antecipar a oficialização de casamentos ou uniões estáveis homoafetivas por receio de não poderem exercer o direito ao matrimônio quando o governo de Bolsonaro engrenasse[8] . Brasileiros/as LGBT+ residentes no exterior adiaram a volta ao país de origem por terem receio do aumento da violência[9] . Havia ainda a percepção por parte de defensores de direitos humanos de que as declarações contrárias aos direitos LGBT+ presentes no repertório do então candidato ao longo de 2018 impactariam as diretrizes políticas após 1º de janeiro de 2019[10] .

No Congresso Nacional, o primeiro mês de governo ficou marcado pela desistência do então deputado Jean Wyllys de seguir para o seu segundo mandato e pelo anúncio da sua saída permanente do território nacional. O caso ganhou repercussão no Brasil[11] e no exterior[12] . Em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, o único congressista brasileiro assumido gay e reeleito para o cargo declarou que a perse-

guição sofrida por ele e pelo seu mandato, com ameaças graves e constantes, inviabilizaram as condições mínimas necessárias para assumir a cadeira na Câmara.

O cenário crítico para o debate sobre direitos LGBT+ não é novidade no Brasil, embora tenha ganho novos contornos com a ascensão de um governo de extrema-direita. Para compreender a percepção das pessoas LGBT+ a respeito desse momento que se estende desde as eleições até os primeiros dias do governo Bolsonaro e analisar perfis, depoimentos, de forma plural, não somente investigando casos individuais, a **Gênero e Número** produziu a pesquisa **"Violência contra LGBTs+ nos contextos eleitoral e pós-eleitoral "**

É importante destacar que no ano eleitoral, ainda nas primeiras semanas de 2018, o Grupo Gay da Bahia (GGB) lançou uma edição atualizada do relatório "Pessoas LGBT mortas no Brasil". O documento apresentava os dados resultantes da compilação de assassinatos e suicídios de pessoas LGBT+ no Brasil durante o ano anterior. A pesquisa apontou um recorde de mortes desde que passou a ser realizada, em 1980. Foram 445 registros de pessoas LGBT+ mortas no Brasil durante 2017, um aumento de quase 30% em relação a 2016.

É necessário também situar o Brasil como o país que responde pelo maior número de assassinatos de travestis e mulheres trans no mundo, de acordo com levantamento realizado pela ONG Transgender Europe (TGEU). A compilação é realizada anualmente pela TGEU desde 2008 e se utiliza de dados coletados por entidades e grupos locais, na ausência de informações oficiais. Dos 72 países analisados ao longo destes 10 anos pela iniciativa, o Brasil sempre ocupou o primeiro lugar na lista de países que mais assas-

sinam travestis e pessoas trans, totalizando 1.238 mortes catalogadas de 2008 a 2018 (TGEU, 2018).

Dados e episódios registrados recentemente, portanto, ajudam a compreender diferentes aspectos da violência contra pessoas LGBT+ no atual contexto. Foi para fomentar esse cenário de mais informação que a **Gênero e Número** avançou para qualificar as especificidades das ocorrências relacionadas às pessoas LGBT+.

POR QUE A GÊNERO E NÚMERO FOI EM BUSCA DA PRODUÇÃO DE DADOS?

Os dados sobre violência de pessoas LGBT+ no Brasil, quando não inexistem, ainda padecem de aguda subnotificação em razão das situações de violência que são registradas e noticiadas sem indicar sua natureza LGBTfóbica e/ou em função da grande quantidade de casos que sequer chegam a público.

A ausência de dados censitários oficiais sobre a população LGBT+ e de informações atualizadas sobre a variabilidade das experiências de violência faz com que grupos e coletivos empenhem seus próprios levantamentos. Em sua maioria, estas pesquisas se baseiam na análise de mídia e em coleta de informações realizadas sobretudo por meio de redes de apoio e contato. Além dos relatórios anuais produzidos pelo Grupo Gay da Bahia, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e o Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE) têm elaborado desde 2017 documentos direcionados a mapear o assassinato de pessoas trans no território nacional (ANTRA; IBTE, 2018).

As informações fornecidas por estas organizações, somadas aos esforços de outras associações e institutos pró-LGBT+ constituem a base de dados utilizada pela ONG Transgender Europe para a elaboração do relatório anual Trans Murder Monitoring (2016).

Alguns relatórios oficiais produzidos pelo governo federal sobre violência LGBTfóbica (Brasil, 2011; 2012; 2013; 2016) também se utilizam dos dados do GGB, bem como das ocorrências registradas por meio do Disque 100, canal de denúncias do governo federal. Além disso, é possível obter dados e estatísticas sobre LGBT+ por meio de iniciativas como o Vote

LGBT, que coleta dados sobre esta população em eventos como o carnaval, as Paradas do Orgulho LGBT e Caminhadas de Mulheres Lésbicas e Bissexuais; o Dossiê LGBT do Instituto de Segurança Pública (2017), que disponibilizou estatísticas no âmbito da segurança pública de crimes motivados por LGBTfobia no estado do Rio de Janeiro; e as análises realizadas pela Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (FGV-DAPP) (2017). Documentos como o Dossiê sobre Lesbocídio no Brasil (2018), produzido pelo Grupo Lesbocídio – Histórias que ninguém conta, e as pesquisas quantitativas realizadas em Paradas do Orgulho LGBT nos anos 2000 por pesquisadores/as no Rio de Janeiro (Carrara et al., 2005; 2006), São Paulo (Facchini et al., 2007) e Pernambuco (Carrara et al., 2007) também colaboram para uma compreensão mais alargada da violência direcionada a estes grupos.

A necessidade de compreender de forma mais aprofundada a violência contra pessoas LGBT+ durante e após as eleições de 2018, assim como a escassez de dados a este respeito motivaram a **Gênero e Número** a realizar a pesquisa "**Violência contra LGBTs+ nos contextos eleitoral e pós-eleitoral**". Com a apoio da Fundação Ford, o objetivo deste estudo consiste em identificar e qualificar incidências ou ameaças de violência contra pessoas LGBT+ ocorridas durante e após as eleições no segundo semestre de 2018.

O resultado desse trabalho de pesquisa é um levantamento inédito e em profundidade obtido a partir de aplicação de questionários com pessoas LGBT+ que frequentam espaços de sociabilidade nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, bem como por meio da realização de entrevistas com lideranças e ativistas LGBT+.

02///

Uma pesquisa para o jornalismo

02///
Uma pesquisa para o jornalismo

A cobertura de temas relacionados aos direitos LGBT+ tem sido pautada, em grande parte, pela agenda e pela produção de dados realizadas pelas organizações ativistas do campo e de defesa dos direitos humanos que contemplam as pautas LGBT+. A agenda prioritária desses grupos ainda é a da sobrevivência e da não-marginalização em espaços formais da sociedade, como o mercado de trabalho e a Academia.

Os dados públicos, sejam do sistema de saúde, do sistema de justiça ou mesmo o censo nacional tão consistente realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) não nos falam muito sobre essa população, suas necessidades e seus direitos negados. Esta pesquisa desenvolvida pela **Gênero e Número** tampouco se propõe a abarcar de forma ampla o contexto LGBT+. Mas ela é um esforço no sentido de entendermos um dos principais fenômenos sociopolíticos do momento: a escalada do discurso de ódio e dos diferentes tipos de violência contra minorias no contexto eleitoral e pós-eleição de Jair Bolsonaro.

A partir de uma pesquisa de opinião (*consultar capítulo de Metodologia*) que se debruçou sobre o período de campanha e os meses de pós-eleições, pretendemos possibilitar que jornalistas, ativistas, pesquisadores/as e demais interessados/as obtenham um diagnóstico pormenorizado sobre a incidência da violência LGBTfóbica ocorrida tanto nas ruas quanto nas redes sociais. Destaca-se o fato de que buscamos isso por meio de questionários que revelam as percepções de quem já foi ou poderá ser diretamente atingido em razão da sua orientação sexual ou identidade de gênero.

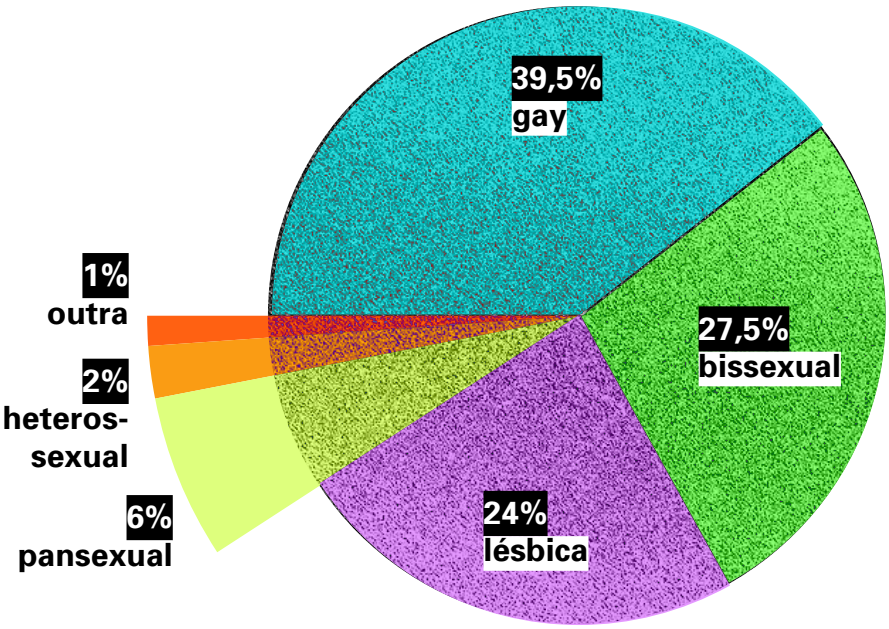
Abrimos os dados, em bases consolidadas e por meio de uma plataforma online, para facilitar o trabalho de construção de narrativas que visibilizem o retrato desse contexto mapeado.

03///
Principais achados da sigla

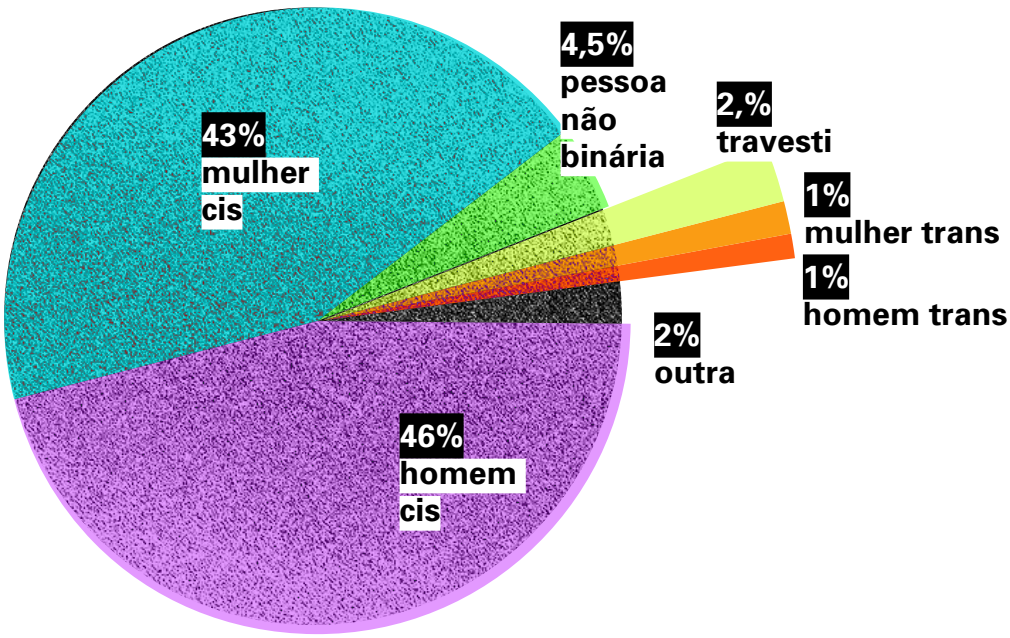
03///
Principais achados da sigla

A população LGBT+ é plural e diversa na sua própria constituição, formada por diferentes identidades de gênero e orientações sexuais não normativas que pautam o enfrentamento à violência e outros temas relacionados a direitos a partir das especificidades que cada grupo carrega. Destacam-se as principais informações e dados para os grupos da sigla.

QUAL SUA ORIENTAÇÃO SEXUAL?



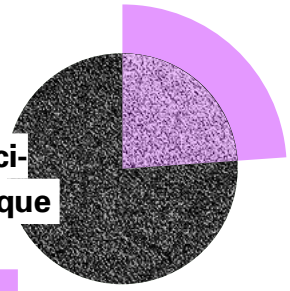
QUAL SUA IDENTIDADE DE GÊNERO?



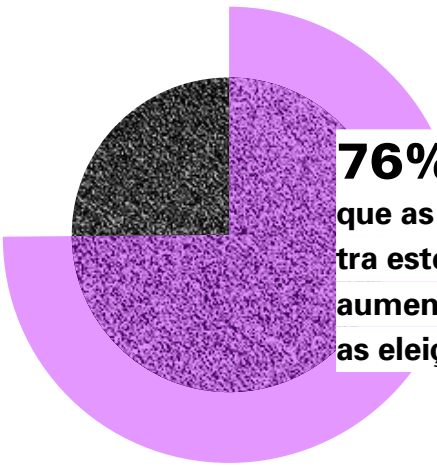
>>>

LÉSBICAS

95



pessoas lésbicas participaram da pesquisa, o que equivale a 24% das pessoas respondentes.



76% de lésbicas consideram que as violências cometidas contra este grupo, especificamente, aumentaram muito durante as eleições de 2018.

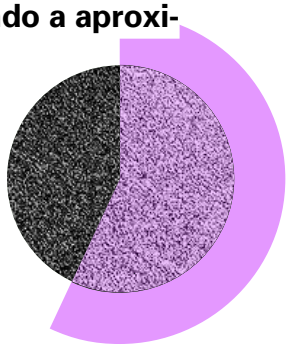
Os perfis de agressores/as mais recorrentes nas violências contra lésbicas durante o período eleitoral são

> amigo/a ou conhecido/a.
> pessoa vinculada a partido ou grupo político específico
> desconhecido/a

>>>

LÉSBICAS

As pessoas lésbicas formam um dos grupos que mais declararam ter sofrido violências motivadas por sua orientação sexual e/ou identidade de gênero durante as eleições, correspondendo a aproximadamente **57%**



As principais violências cometidas contra lésbicas durante as eleições foram, respectivamente:

> assédio moral
> violência verbal e
> tratamento discriminatório.

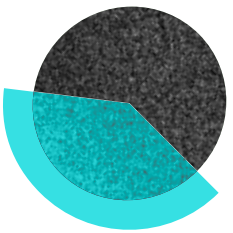
DUAS VEZES

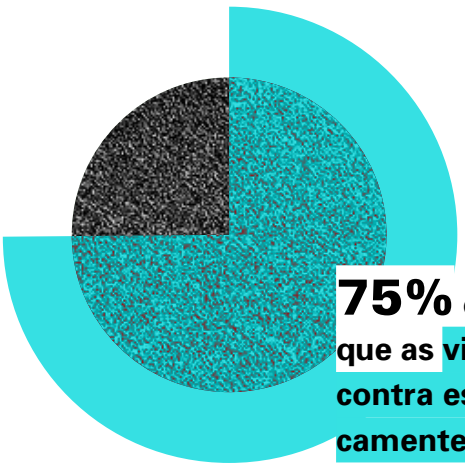
é a frequência de violência mais sofrida por lésbicas no período eleitoral. Elas concentram cerca de 46% dos casos.

>>>

GAYS

158 homens gays participaram da pesquisa, o que equivale a 39,5% das pessoas respondentes.



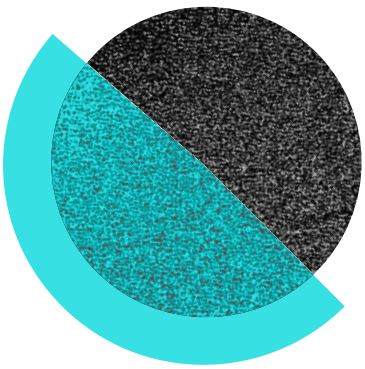


75% dos gays consideram que as violências cometidas contra este grupo, especificamente, aumentaram muito durante as eleições de 2018.

Os principais agressores de gays durante o período eleitoral são, respectivamente,
> pessoa vinculada a partido ou grupo político específico
> desconhecido/a
> amigo/a ou conhecido/a.

>>>

GAYS

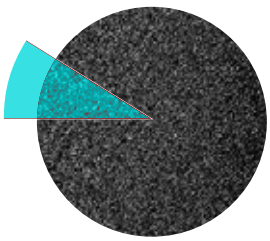


49% dos gays declaram terem sofrido algum tipo de violência motivada por sua orientação sexual e/ou identidade de gênero durante as eleições.

Os gays são a maioria das pessoas que declararam ter sofrido violências

MAIS DE TRÊS VEZES

durante as eleições, representando aproximadamente 9% da amostra.

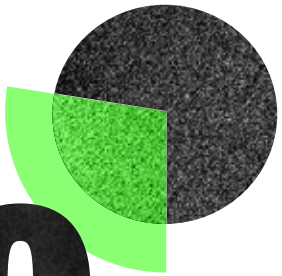


As principais violências cometidas contra gays durante as eleições foram, respectivamente,

> tratamento discriminatório
> violência verbal e
> assédio moral.

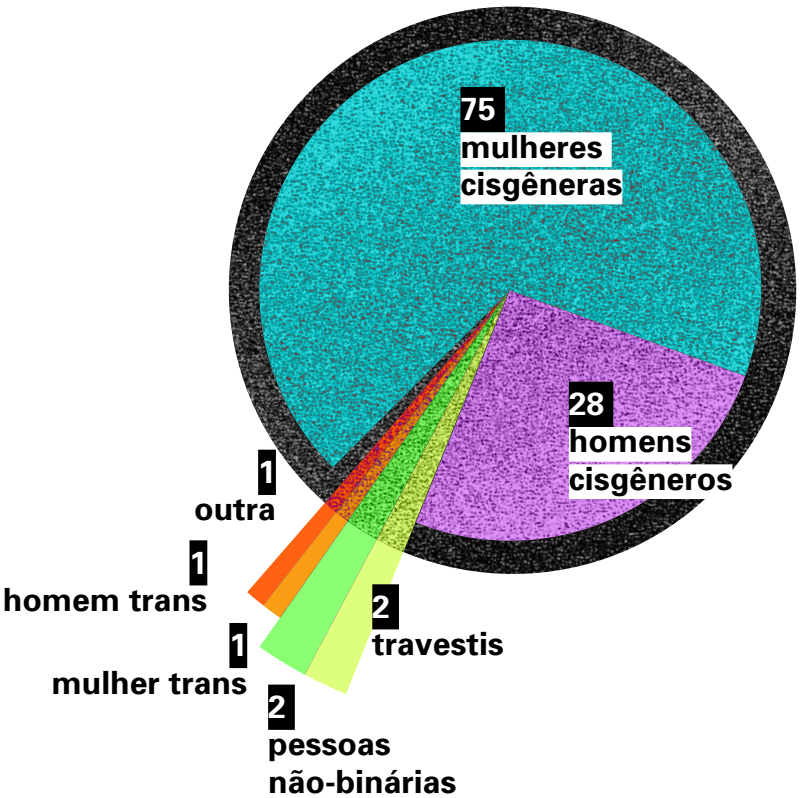
>>>

BISSEXUAIS



110

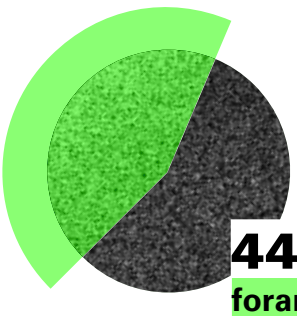
pessoas bissexuais participaram da pesquisa, o que equivale a 27,5% das respostas.



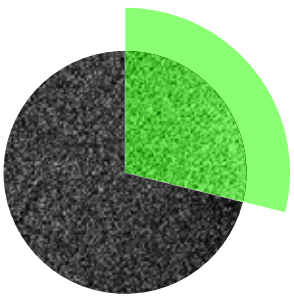
>>>

BISSEXUAIS

As principais violências cometidas contra bissexuais durante as eleições foram, respectivamente
> assédio moral
> violência verbal
> tratamento discriminatório.



44,5% disseram que foram vítimas de violência em razão de sua identidade de gênero e/ou orientação sexual.



29% das pessoas bissexuais entrevistadas afirmaram ter sofrido violências

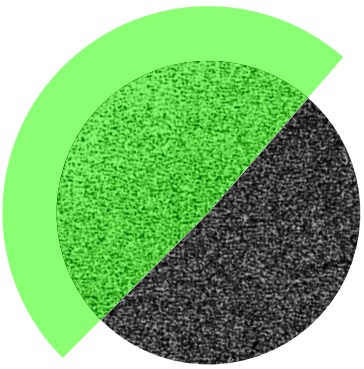
DUAS VEZES

durante as eleições de 2018.

>>>

BISSEXUAIS

Os três principais perfis de agressores de bissexuais durante o período eleitoral são, respectivamente
> amigo/a ou conhecido/a
> desconhecido/a
> pessoa vinculada a partido ou grupo político específico.



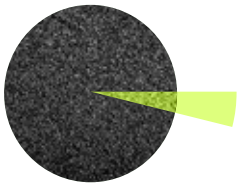
49% de bissexuais que participaram da pesquisa consideram que as violências cometidas contra este grupo, especificamente, aumentaram muito durante as eleições de 2018.

Há uma concentração razoável desse segmento que declarou que as violências contra bissexuais nem aumentou nem diminuiu, o que corresponde a 7% da amostra.

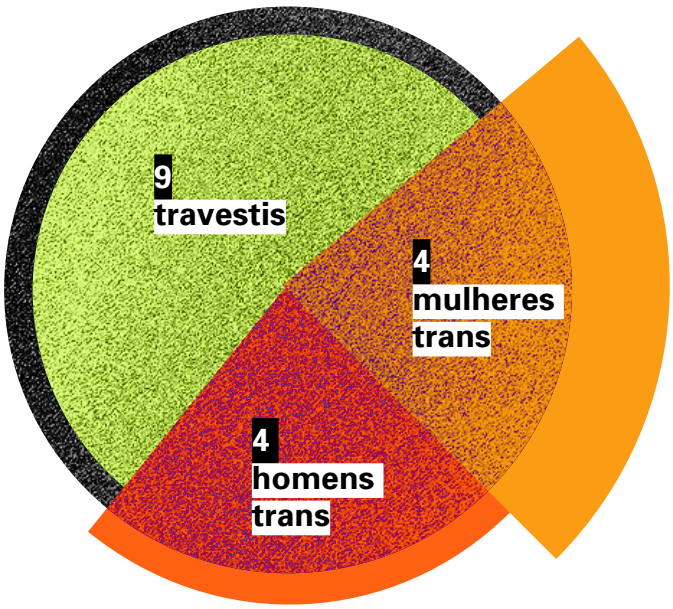
>>>

TRAVESTIS MULHERES TRANS HOMENS TRANS

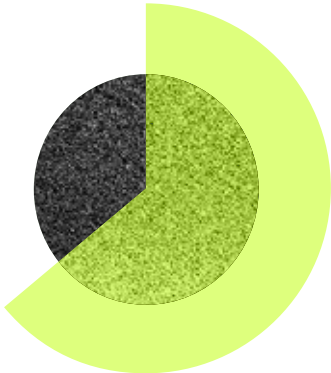
17



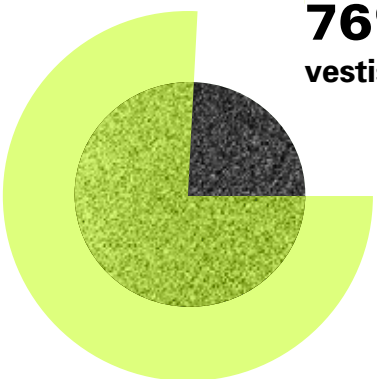
travestis e pessoas trans participaram da pesquisa e compõem 4% do total da amostra.



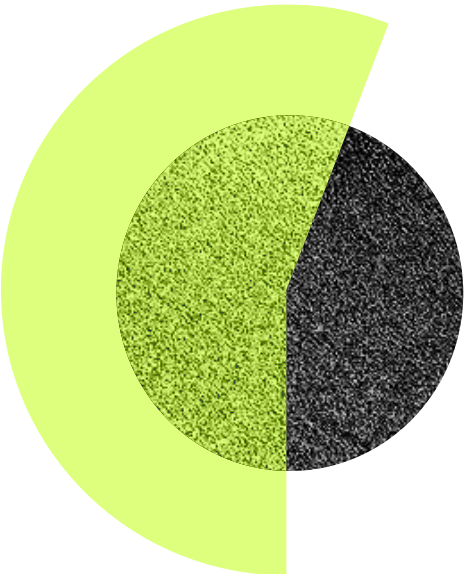
Do total, 11 afirmaram ter sofrido algum tipo de violência, o que equivale a **65%** de travestis e pessoas trans. Delas, 6 são travestis, 2 são mulheres trans e 3 são homens trans.



13 consideram que as violências cometidas contra este grupo, especificamente, aumentaram muito durante as eleições de 2018, o equivalente a **76%** das respostas dadas por travestis, mulheres e homens trans.



Os principais perfis agressores de pessoas trans durante o período eleitoral são, respectivamente
> desconhecido/a
> pessoa vinculada à partido ou grupo político.



54,5% das travestis, homens e mulheres trans afirmaram ter sofrido violência

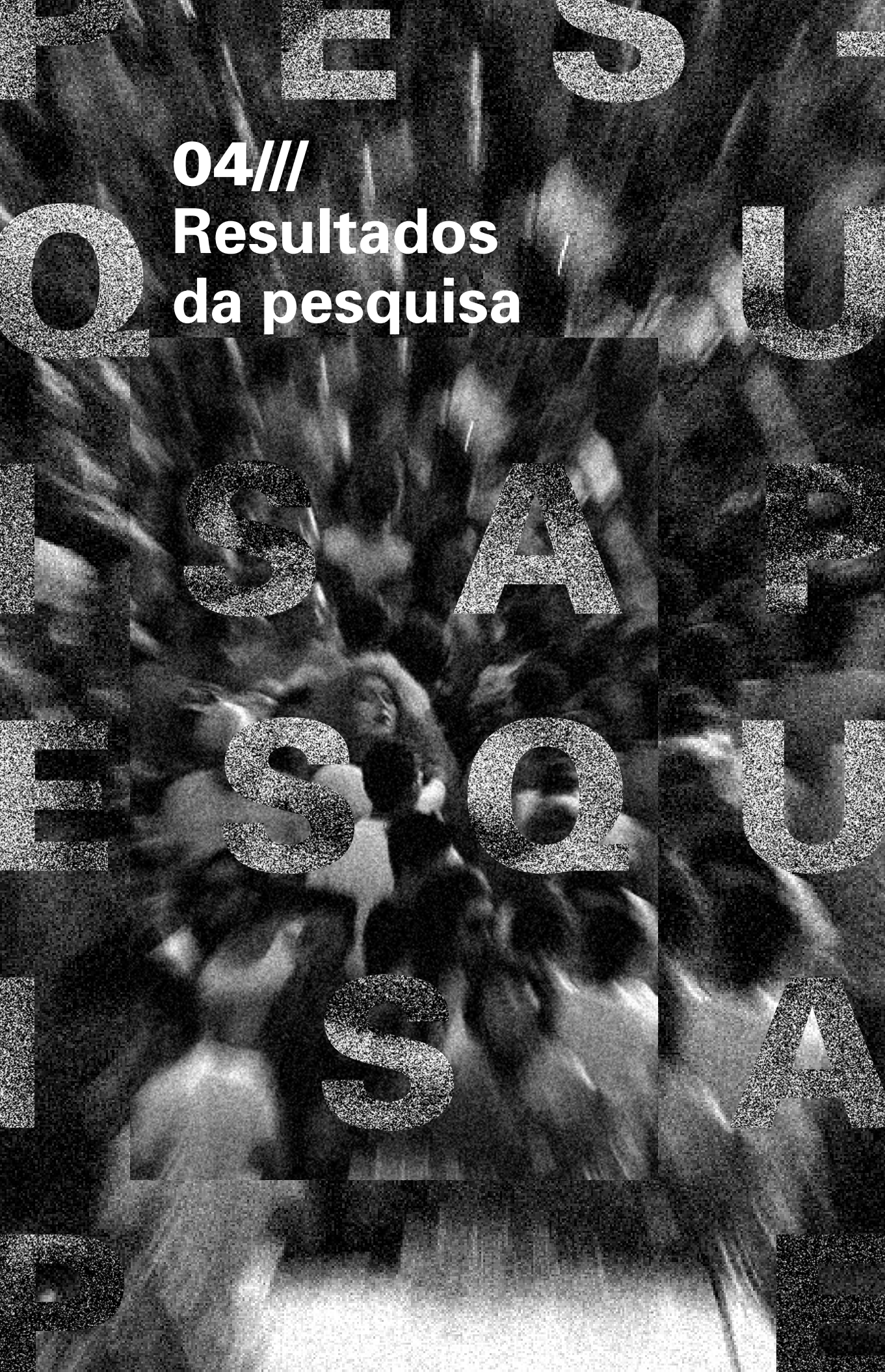
MAIS DE TRÊS VEZES

motivadas por sua orientação sexual e/ou identidade de gênero durante as eleições de 2018.

As principais violências cometidas contra as travestis e pessoas trans respondentes durante as eleições foram, respectivamente,

> violência verbal,
> tratamento discriminatório
> assédio moral.

04///
Resultados da pesquisa



1 >>>
ENGAJAMENTO POLÍTICO DE LGBT+ DURANTE AS ELEIÇÕES DE 2018

Antes de apresentarmos os dados relativos às violências contra pessoas LGBT+ durante o período eleitoral, é necessário destacar, de forma breve, o grau de envolvimento e os tipos de engajamento político desempenhados neste período. Nossa intenção com isso é sublinhar que essa população não esteve apenas como vítima nem ficou à margem das eleições, mas se engajou e teve participação no processo eleitoral.

63% dos LGBT+ que responderam aos questionários avaliam que foram muito engajados/as durante as eleições de 2018. 32% dos/as participantes disseram ter desempenhado pouco engajamento. Apenas 4% alegaram não ter tido nenhum envolvimento.

A maior parte das pessoas que se consideram muito engajadas no período eleitoral é composta por gays, correspondendo a aproximadamente 30% da amostra. É importante lembrar que os altos índices relacionados a homens gays refletem a sobrerrepresentação desta categoria na pesquisa, como disposto no anexo. Bissexuais aparecem como o segundo grupo mais expressivo e totalizam 19% das pessoas que se entendem como muito engajadas.

Mulheres cisgêneras emergem como as mais atuantes, apesar de não serem maioria na amostra. Elas compõem 30% das pessoas LGBT+ que se consideraram muito engajadas. Em seguida aparecem homens cisgêneros, que correspondem a 27% dos muito engajados.

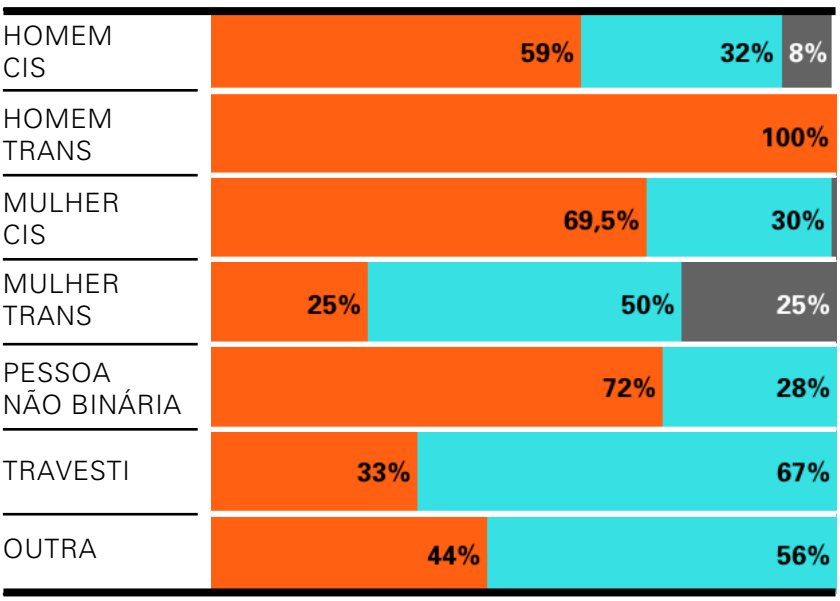
84% dos/as participantes afirmam ter apoiado publicamente alguma candidatura. Este tipo de engajamento figura como atuação política mais expressiva entre as pessoas entrevistadas. Já a participação em debates e em discussões políticas nas redes sociais foi realizada por 76% das pessoas que responderam ao questionário. Outro engajamento que se destaca é a participação em atos, manifestações e atividades de rua relacionados às eleições, exercida por aproximadamente 70% dos/as LGBT+ entrevistados/as.

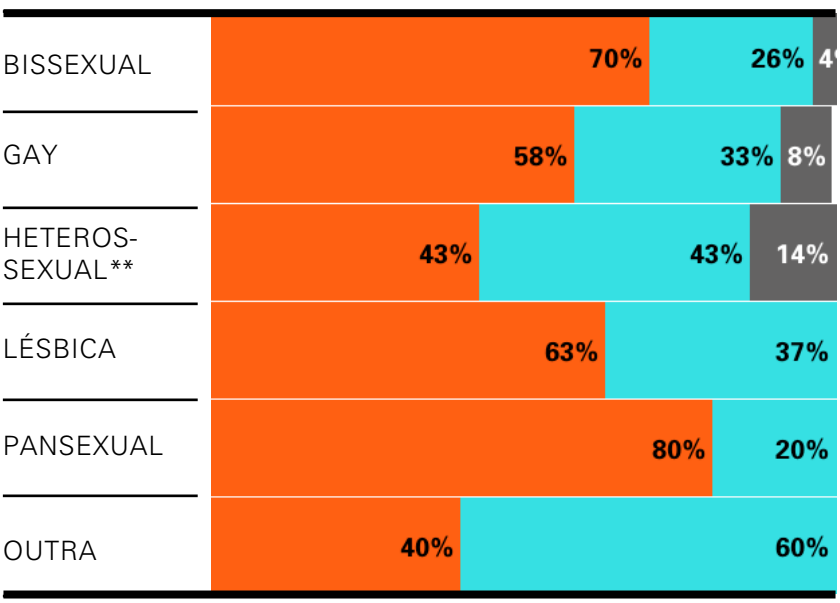
Interessante notar que as mulheres cisgêneras correspondem a 30,5% das pessoas que se engajaram em atos, manifestações e atividades de rua. A quantia é ligeiramente maior do que entre homens cisgêneros, que correspondem a 29,5% da amostra. Nas demais formas de engajamento, os homens cisgêneros predominam nas respostas, tendência em parte explicada pela maior concentração destas pessoas no universo amostral. Em certa medida, o engajamento de mulheres cisgêneras em atos, manifestações e atividades de rua está relacionado ao contexto eleitoral de 2018. Alguns exemplos lembrados por respondentes durante a aplicação aludiram às manifestações políticas feministas e LGBT+ em torno da hashtag #EleNão e de bandeiras políticas como "LGBTs contra Bolsonaro".

PERGUNTA

COMO VOCÊ CONSIDERA SEU GRAU DE ENVOLVIMENTO COM AS ELEIÇÕES DE 2018?*

ENGAJAMENTO: MUITO POUCO NENHUM NÃO SABE





**Entrevistados responderam a questão de múltipla escolha, podendo assinalar mais de uma **referente às pessoas transgêneras que são heterossexuais.*

De modo complementar, um dado que reforça o expressivo engajamento de LGBT+ nas eleições é o baixo índice de pessoas que declararam ter sido o ato de votar a única participação política no processo: 2% da amostra. Ao mesmo tempo, a maioria dos/as participantes afirmou não ser filiada a partidos políticos, o que corresponde a 85% da amostra. Há uma tendência interessante nestes dois dados que sugere uma diversificação nas formas encontradas por LGBT+ entrevistados/as de se envolverem com as eleições, não se limitando à via político-partidária.

2 >>>
PERCEPÇÕES DE VIOLÊNCIAS CONTRA LGBT+

Foi necessário compreender no decorrer da pesquisa:

I. as violências cometidas contra o grupo identitário de cada participante (gays, lésbicas, bissexuais, travestis, homens trans e/ou mulheres trans);

II. a ocorrência de violência com pessoas LGBT+ próximas ou conhecidas e a possibilidade de vinculação com o contexto eleitoral;

III. a existência ou não de um clima de escalada de violência contra pessoas LGBT+ desde o período eleitoral até a data da aplicação do questionário, janeiro de 2019.

A maior parte das pessoas respondentes, 92,5%, consideraram que as violências contra pessoas LGBT+ aumentaram durante as eleições, no segundo semestre de 2018. Dentre elas, 80% afirmaram que a violência aumentou muito e 12,5% perceberam que ela aumentou pouco.

85,5% avaliam que as violências aumentaram quando perguntadas sobre a percepção de violências cometidas contra o grupo específico ao qual se reconhecem. Dentre eles/as, 68,8% apontaram que as violências contra o grupo com o qual se identificam aumentaram muito e cerca de 16,5% pessoas declaram que aumentaram pouco.

Vale destacar que apesar de sub-representadas na amostra, das 17 travestis, mulheres trans e homens trans que responderam à pesquisa, 13 consideraram que as violências cometidas contra este grupo, especificamente, aumentaram muito durante as eleições de 2018. Este percentual é equivalente a 76% das respostas deste segmento identitário.

Quando perguntados/as sobre violências ocorridas contra LGBT+ em seus círculos pessoais e de amizade, 87% dos/as respondentes afirmaram ter tomado conhecimento de violências cometidas contra conhecido/a ou pessoa próxima LGBT+. Era importante, além disso, confirmar se tais violências estavam associadas ao contexto eleitoral de 2018. Ao serem indagados/as sobre isso, 83% dos/as participantes alegaram que as violências observadas contra conhecidos/as ou pessoas próximas LGBT+ estavam relacionadas ao contexto eleitoral de 2018.

Por fim, foi necessário avaliar a percepção dos/as respondentes sobre as violências ocorridas contra LGBT+ desde o início do período eleitoral até o momento da aplicação do questionário, em janeiro de 2019. O intervalo corresponde ao período de realização de campanhas eleitorais, ao primeiro e segundo turnos das eleições, ao período pós-eleição, posse presidencial e primeiras semanas dos novos mandatos.

Para tanto, pedimos às pessoas participantes da pesquisa que se posicionassem diante da seguinte afirmação: "Existe um clima de escalada de violência contra pessoas LGBT+ desde o período eleitoral até os dias atuais". Como

resposta, 95,5% afirmaram existir um clima de escalada de violência contra pessoas LGBT+ ao longo do 2º semestre de 2018 e nas primeiras semanas de 2019. Dentre eles/as, 82% concordaram totalmente com a afirmação proposta e 13,5% concordaram em parte.

A distinção entre violências cotidianas e as associadas às eleições é importante de ser feita, tendo em vista que a população LGBT+ já sofre com índices agudos de violência mesmo fora do contexto eleitoral. Por isso, foi fundamental entender se as violências ocorridas durante este período apenas refletiam o cenário de violência contra pessoas LGBT+ ou se efetivamente havia uma percepção de aumento da violência. Como os dados mostram, há forte aderência ao entendimento de que as violências contra tais grupos aumentaram durante e após as eleições. Quando analisamos os dados sobre as violências cometidas contra os/as respondentes ou a conhecidos/as e pessoas próximas, essa percepção fica ainda mais evidente.

3 >>>
ONDE, QUAIS, QUEM E QUANTAS VEZES?
QUALIFICANDO VIOLÊNCIAS NAS ELEIÇÕES DE 2018

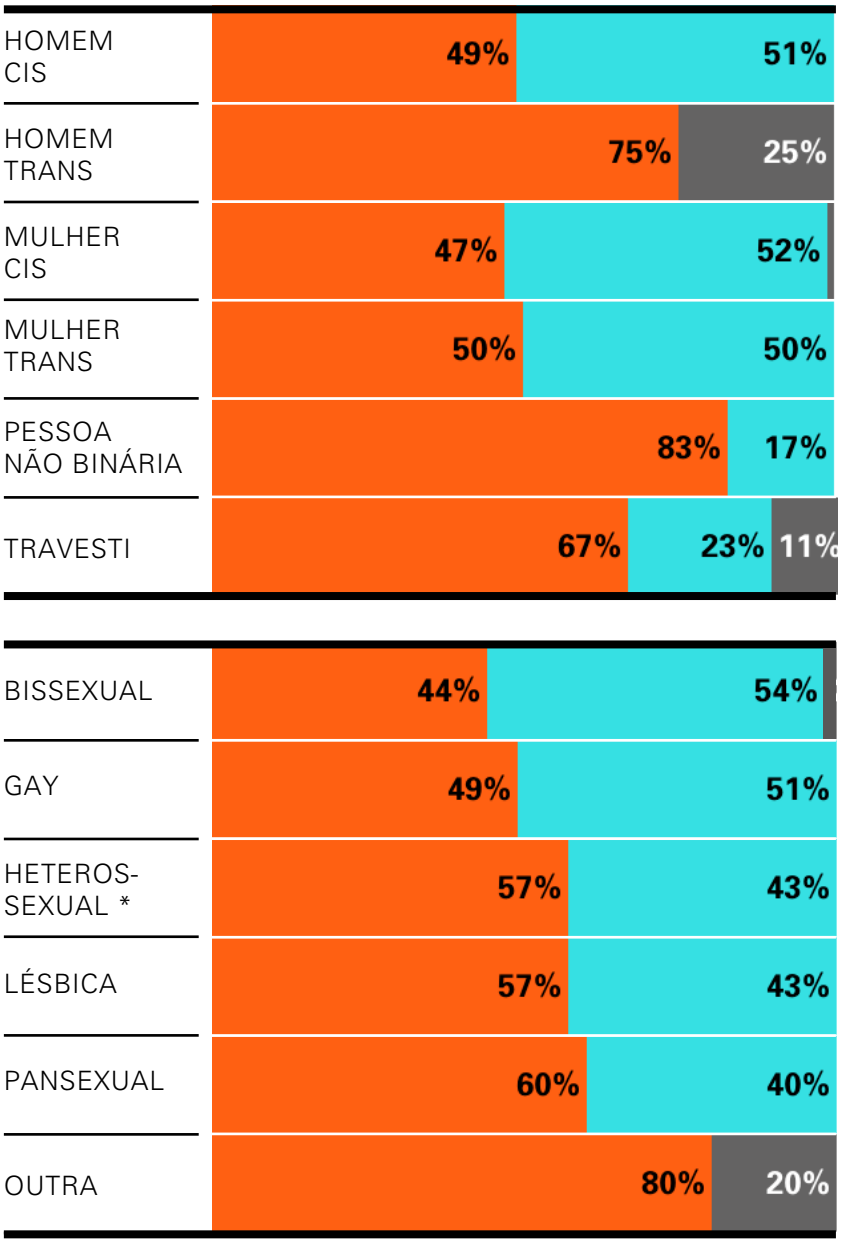
Uma das expectativas desta pesquisa consistiu em conhecer de forma detalhada as violências sofridas pelos/as participantes e por seus/suas conhecidos/as ou pessoas próximas. O principal dado a este respeito chama a atenção: 51% das pessoas LGBT+ consultadas responderam ter sofrido algum tipo de violência motivada por sua orientação sexual e/ou identidade dlée gênero durante as eleições de 2018.

Notamos que algumas orientações sexuais concentram maior incidência de violência do que outras. Entre lésbicas, 57% afirmaram ter sido vítima de violência, enquanto 43% relataram não ter passado por essa experiência. Tal diferença é menor entre homens gays. Cerca de 51% afirmaram não ter sofrido violência, contra 49% que disseram que sim. Merece destaque a relativa concentração de mulheres lésbicas que relataram ter sofrido violência. Ao menos em parte, essas situações refletem algumas das especificidades do lesbocídio e da lesbofobia (PERES et al., 2018), que concentram discriminações baseadas tanto na orientação sexual como no gênero das vítimas.

PERGUNTA

VOCÊ SOFREU ALGUM TIPO DE VIOLÊNCIA MOTIVADA POR SUA ORIENTAÇÃO SEXUAL / IDENTIDADE DE GÊNERO DURANTE AS ELEIÇÕES DE 2018?

SIM NÃO NÃO SABE / NÃO RESPONDEU



**referente às pessoas transgêneras que são heterossexuais.*

Percebemos, ainda, que a categoria de bissexuais ouvida pela pesquisa apresentou tendência a não concentrar casos de violência. 54% das pessoas bissexuais relataram não ter sido vítima de violência, enquanto outros 44% declararam que sim. Uma questão relevante diz respeito a algumas concepções ainda preponderantes sobre a bissexualidade que levam ao apagamento social desta identidade. Não é raro que pessoas bissexuais em relacionamentos com pessoas de outro sexo sejam compreendidas como heterossexuais. A invisibilidade desta categoria é marca distintiva do preconceito contra bissexuais, de modo que mesmo pessoas que reivindicam essa orientação sexual ainda assim não são consideradas como pessoas LGBT+ em determinados contextos. A tendência de não concentração de violências entre pessoas bissexuais, neste sentido, merece ser compreendida a partir das particularidades que engendram as discriminações contra aqueles e aquelas que assim se reconhecem.

Observa-se que as identidades de gênero não cisgêneras tendem a concentrar maior violência.

Os casos de homens trans, pessoas não-binárias e travestis são exemplos de como o grupo investigado se comportou nesse sentido: dos 4 homens trans que responderam à pesquisa, 3 afirmaram ter sofrido violência. Metade das mulheres trans também foi violentada. Entre as pessoas não binárias, 83% afirmaram ter sido vítima de violência, o que corresponde a 4% do total da amostra. Quanto às pessoas travestis, das 9 entrevistadas, 6 delas disseram ter sido vítima de violência. Apesar de comporem a amostra em menor número, os dados reforçam a compreensão de

que travestis, homens trans, mulheres trans e pessoas não-binárias concentram maior vulnerabilidade em relação às pessoas cisgêneras. Isso fica mais evidente quando olhamos para a quantidade de homens e mulheres cisgêneras e percebemos que existe, nestes casos, ligeira concentração de pessoas que declararam não ter sofrido violência.

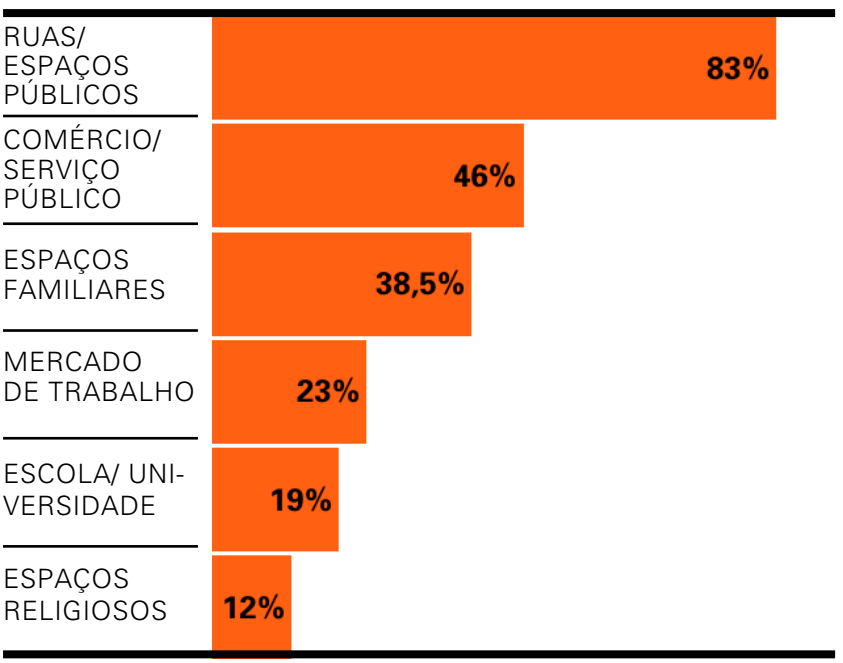
>

ONDE?

Quando perguntamos onde ocorreu/ocorreram essas violências, pedimos para que o/a entrevistado/a considerasse ambientes dentro e fora das redes sociais. As ruas e espaços públicos, os comércios ou serviços públicos e os ambientes familiares foram os três locais com maior frequência de violência contra os LGBT+ consultados/as.

PERGUNTA

ONDE ACONTECERAM AS VIOLÊNCIAS?



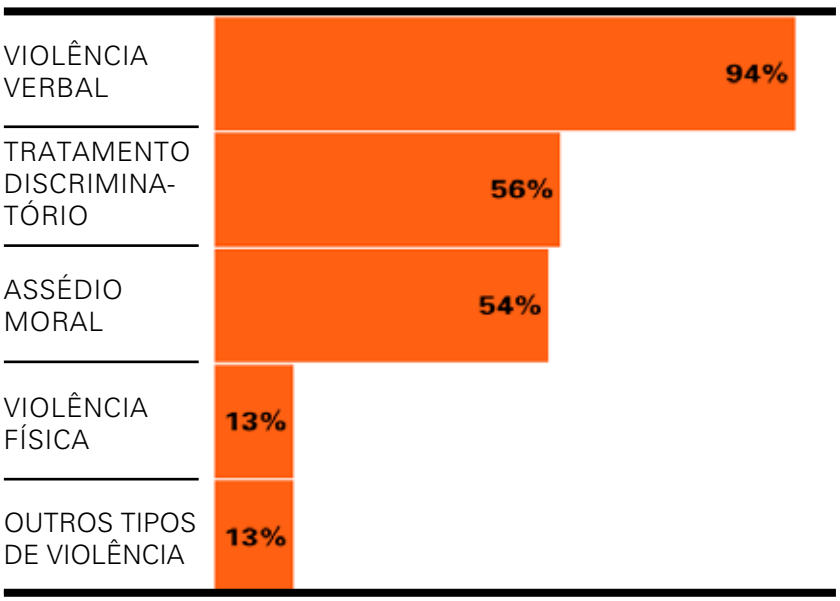
>

QUAIS FORAM AS VIOLÊNCIAS?

94% das pessoas que sofreram violência disseram ter sofrido violência verbal. Ao questionarmos quais violências foram cometidas contra as pessoas entrevistadas, as respostas dadas com maior frequência foram, respectivamente, violência verbal, tratamento discriminatório e assédio moral.

PERGUNTA

QUAIS FORAM AS VIOLÊNCIAS SOFRIDAS?* (CONSIDERAR APENAS O UNIVERSO DOS 51% QUE SOFRERAM VIOLÊNCIA



Entre os homens trans, as mulheres trans e as travestis que afirmaram ter sofrido algum tipo de violência, todos/as foram vítimas de agressão verbal.

Particularmente nas situações de tratamento discriminatório contra conhecido/a ou pessoa próxima, pedimos para que as pessoas citassem um exemplo de manifestação desse tipo de violência observada. Agrupamos as respostas

** Entrevistados responderam a questão de múltipla escolha, podendo assinalar mais de uma.*

dadas em algumas categorias aglutinadoras, de modo que as "ameaças e insultos" foram as respostas mais frequentes, correspondendo a 14% da amostra total (e não apenas a amostra que concentra os/as respondentes que disseram ter sofrido violência).

A segunda categoria aglutinadora com maior quantidade de respostas dadas foi "gestos e expressões relacionadas a Jair Bolsonaro". 11% do total das pessoas respondentes afirmaram conhecer alguém que sofreu tratamento discriminatório relacionado a este motivo. São exemplos de outras respostas: ameaças de morte, lesões ao corpo, não atendimento em comércios e serviços e rompimento de laços familiares.

54% das pessoas que sofreram violência afirmaram ter sofrido assédio moral.

Quando olhamos somente para a categoria de pessoas que afirmaram ter sido vítima de assédio moral, vemos a preponderância da presença feminina associada a esse tipo de agressão: elas foram 46% das pessoas que sofreram violência e relataram assédio moral, diante de 36% de homens homens cisgêneros.

>

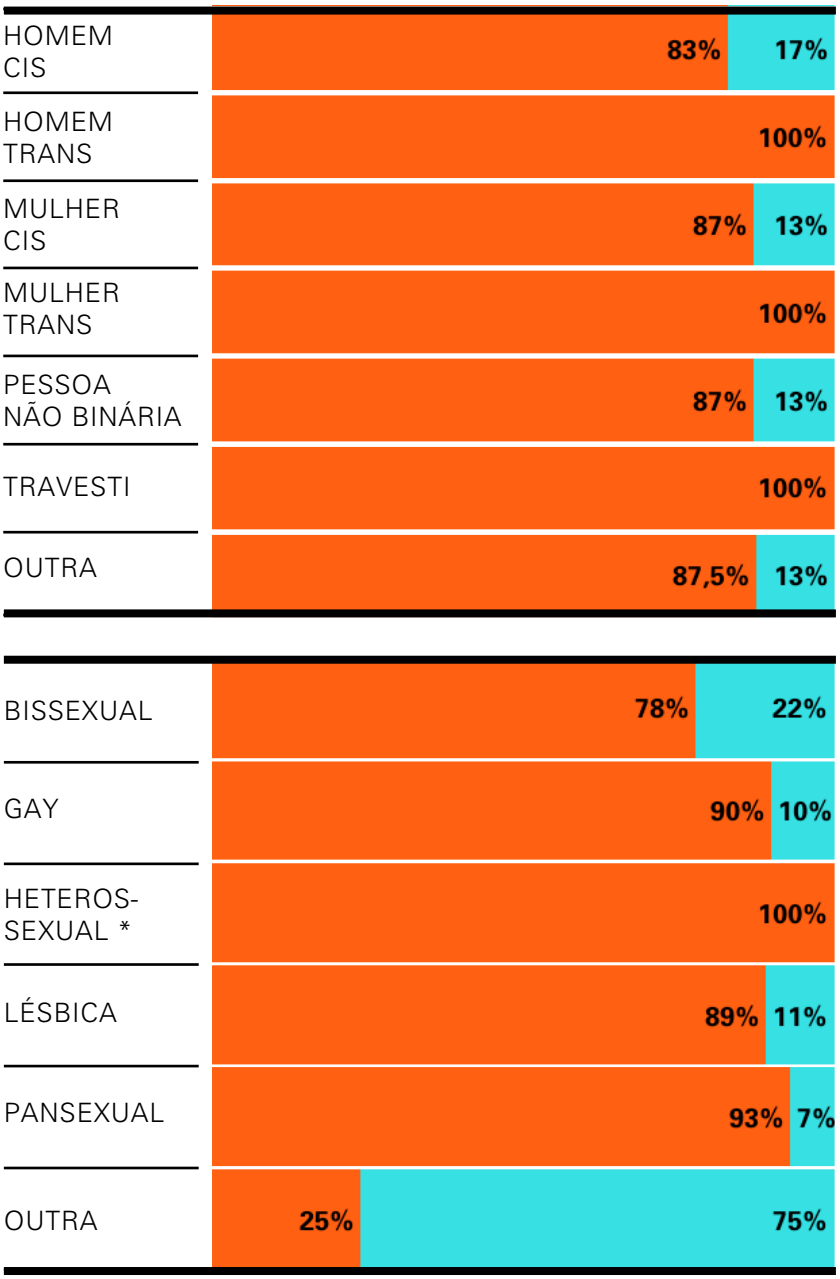
QUEM?

Ao perguntarmos quem era a pessoa agressora, os perfis mais indicados foram, em ordem de prioridade, pessoas desconhecidas, integrantes de partido/grupo político e amigos/as ou conhecidos. 86% do total de pessoas que disseram ter sofrido violência indicaram que o/a agressora era desconhecido.

PERGUNTA

A PESSOA AGRESSORA ERA DESCONHECIDA?

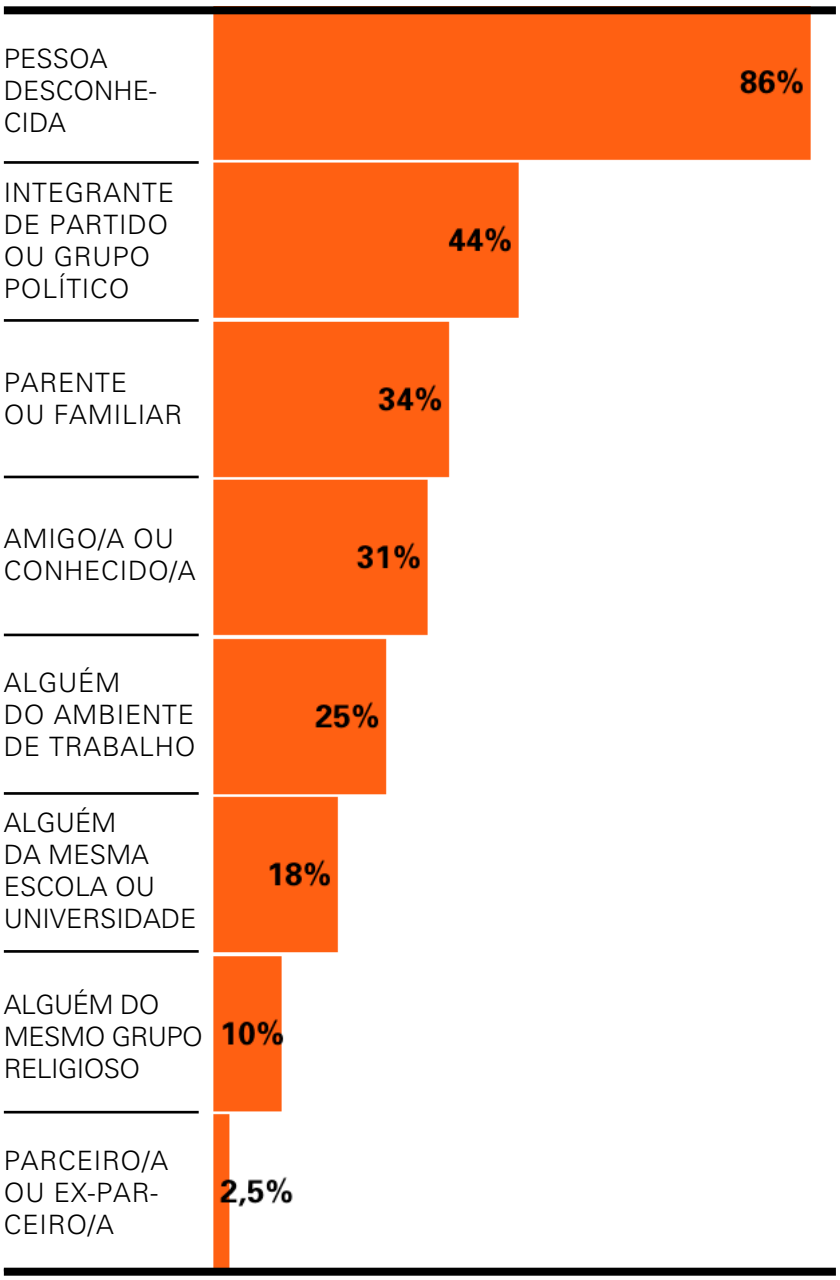
SIM NÃO NÃO SABE / NÃO RESPONDEU



**referente às pessoas transgêneras que são heterossexuais.*

PERGUNTA

QUEM FOI O/A AUTOR/A DA AGRESSÃO?*



** Entrevistados responderam a questão de múltipla escolha, podendo assinalar mais de uma.*

Vale destacar que as mulheres cisgêneras apresentaram maiores frequências de violências sofridas em relação a perfis específicos de agressores.

Elas são 56% de todos os entrevistados que responderam "sim" a esta pergunta (A pessoa agressora era amigo/a ou conhecido/a?) diante de 34% de homens cisgêneros que sofreram esse tipo de violência. Elas também são maioria dentre as pessoas que afirmaram ter sofrido violência por integrantes de partido/grupo político. Esses dados são relevantes, pois evidenciam que, apesar de não serem maioria no universo pesquisado, há um desequilíbrio que mostra uma tendência a maior vulnerabilidade de mulheres cisgêneras nas situações em que a pessoa agressora era amiga ou conhecida ou então vinculada a partido/grupo político.

>

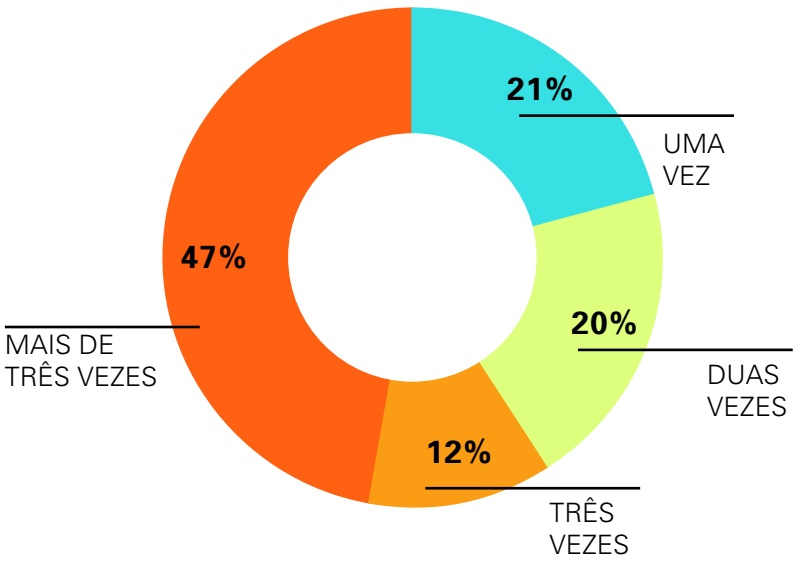
QUANTAS VEZES?

Um dado final que se mostrou relevante refere-se à frequência das violências ocorridas: Dentre as pessoas que foram vítimas de violência, a maior parte delas sofreu violência mais de três vezes: 47%. 21% delas sofreram violência uma vez, 20% sofreram violência duas vezes e 12% sofreram violência três vezes.

A concentração de casos em que as violências ocorreram repetidas vezes é um ponto que deve ser destacado, sobretudo tendo em vista o curto período de tempo considerado pela pesquisa.

PERGUNTA

COM QUAL FREQUÊNCIA OCORREU/OCORRERAM A/AS VIOLÊNCIA/S?



4 >>>
VIOLÊNCIAS CONTRA LGBT+ NAS REDES SOCIAIS

Menos da metade do público respondente, 36%, relatou ter sofrido violência ao compartilhar, curtir ou comentar conteúdo político durante as eleições. Gays, lésbicas, bissexuais e pansexuais, nesta ordem, foram as categorias que mais declararam ter enfrentado situações violentas nas redes sociais.

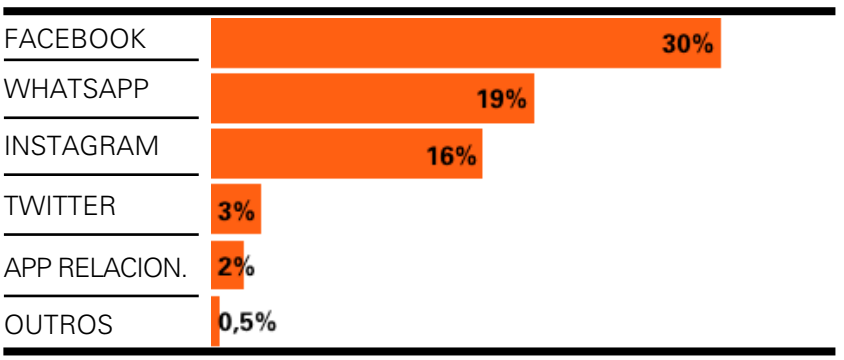
Em termos de raça/cor de pele, pessoas pretas e pardas, juntas, são a maioria de LGBT+ vítimas de perseguição, agressão ou ameaça nas redes sociais

durante as eleições. Se considerarmos a categoria negros como sendo a junção de pretos e pardos, então as pessoas negras correspondem a 53% desses casos (considera-se aqui o grupo de 51% da amostra total que afirmou ter sofrido violência). Este é o maior percentual dentre as raças/cores analisadas.

O Facebook é a rede social que mais concentra incidências de perseguição, agressão e/ou ameaça aos LGBT+ que se posicionaram politicamente durante as eleições. Em seguida, WhatsApp e o Instagram são as mais citadas.

PERGUNTA

EM QUAIS REDES SOCIAIS OCORRERAM AS VIOLÊNCIAS?*



** Entrevistados responderam a questão de múltipla escolha, podendo assinalar mais de uma.*

Por fim, pedimos aos participantes para se posicionarem sobre a seguinte afirmação: "O discurso promovido por candidaturas contrárias aos direitos das pessoas LGBT+ contribuiu para o aumento da violência direcionada a esta população nas redes sociais". O índice de concordância obtido foi extremamente alto: 98,5% do total de pessoas LGBT+ entrevistadas concordaram com a afirmação. Dessas, 93% concordaram totalmente e 5,5% concordaram em parte.

Este é um dado bastante expressivo, pois indica um nível de concordância próximo da unanimidade entre os que corroboraram com a afirmação. Mesmo ao analisar a diferença entre aqueles/as que concordaram totalmente e em parte, fica nítida a preferência dos/as entrevistados/as em opinar assertivamente a respeito da relação entre as candidaturas anti-direitos LGBT+ e o aumento da violência nas redes sociais. Este alto percentual parece indicar uma tendência a atribuir responsabilidade às candidaturas de extrema-direita pelo aumento da violência contra pessoas LGBT+ nesses locais de sociabilidade *online*.

Ressaltamos que a intensificação dos debates sobre gênero e sexualidade e a proliferação de situações agressivas ou violentas contra pessoas LGBT+ nas redes, se não podem ser atribuídas exclusivamente às campanhas de extrema-direita, devem ser compreendidas em seu devido contexto. Isso implica considerar as relações afetivas, profissionais e familiares que, mesmo quando estabelecidas dentro e fora das redes sociais e para além das eleições, ainda assim são afetadas por esses diferentes fenômenos. Dentre elas, a produção e difusão de notícias falsas por parte de campanhas de candidatos/as e de apoiadores, as quais incluiam informações informações inverídicas ou inadequadas sobre os direitos e as pessoas LGBT+. Indagamos os/as participantes a respeito de possível sensação de medo ou receio de interagir politicamente nas redes sociais durante as eleições. 47% da amostra afirmaram ter nenhum medo ou receio. Já 31% responderam ter pouco medo ou receio de expor opinião política nas redes sociais por ser LGBT+. A porcentagem expressiva de pessoas que não tiveram esse tipo de medo ou receio sugere que LGBT+ fizeram uso das redes sociais como recurso importante para inserção e participação do debate político-elei-

toral. Foi notório que, ao longo da campanha, a utilização das redes sociais com finalidade política rendeu um volume expressivo de discussões envolvendo os direitos LGBT+.

5 >>>
RESPOSTAS E ENFRENTAMENTOS

As diferentes manifestações de violências contra LGBT+ durante e após o período eleitoral demandaram das vítimas uma série de respostas e enfrentamentos. Nesta seção final, as reações foram elencadas a partir do contexto em que as violências ocorreram: fora das redes sociais e dentro delas.

Reagir verbalmente foi a reação mais adotada por pessoas violentadas fora das redes sociais, cerca de 63%. Embora em menor proporção, fugir, correr ou se esconder do/a agressor/a emergiu como a segunda medida mais adotada pelos/as participantes da pesquisa que declararam ter sofrido violência, o que corresponde a 22%.

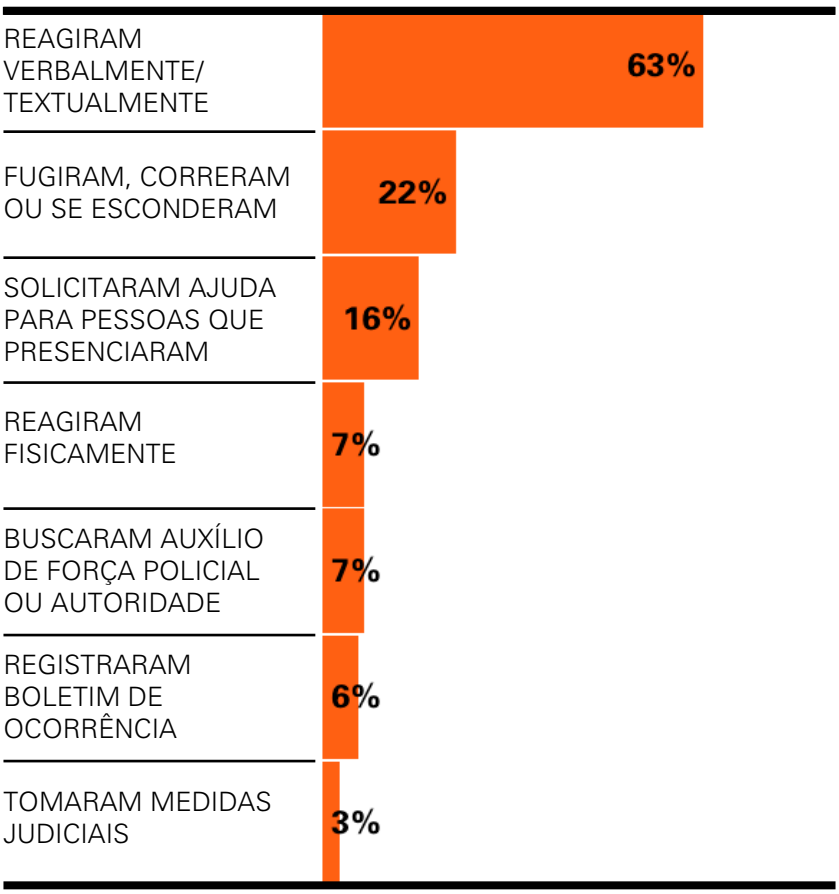
Tanto os altos índices de pessoas que optaram pela reação verbal como pela fuga sugerem que há uma tendência em reações arriscadas ou não premeditadas às violências e às perseguição sofridas.

É possível afirmar que a incidência de reações como estas guarda relação com outra tendência encontrada: a baixa recorrência de casos em que houve solicitação de ajuda a autoridades ou força policial, de registro de boletim de ocorrência ou de tomada de providências judiciais.

PERGUNTA

QUAL FOI A MEDIDA TOMADA EM RELAÇÃO À PERSEGUIÇÃO, AGRESSÃO OU AMEAÇA SOFRIDA EM AMBIENTES DIVERSOS?*

(DESCONSIDERA REDES SOCIAIS)

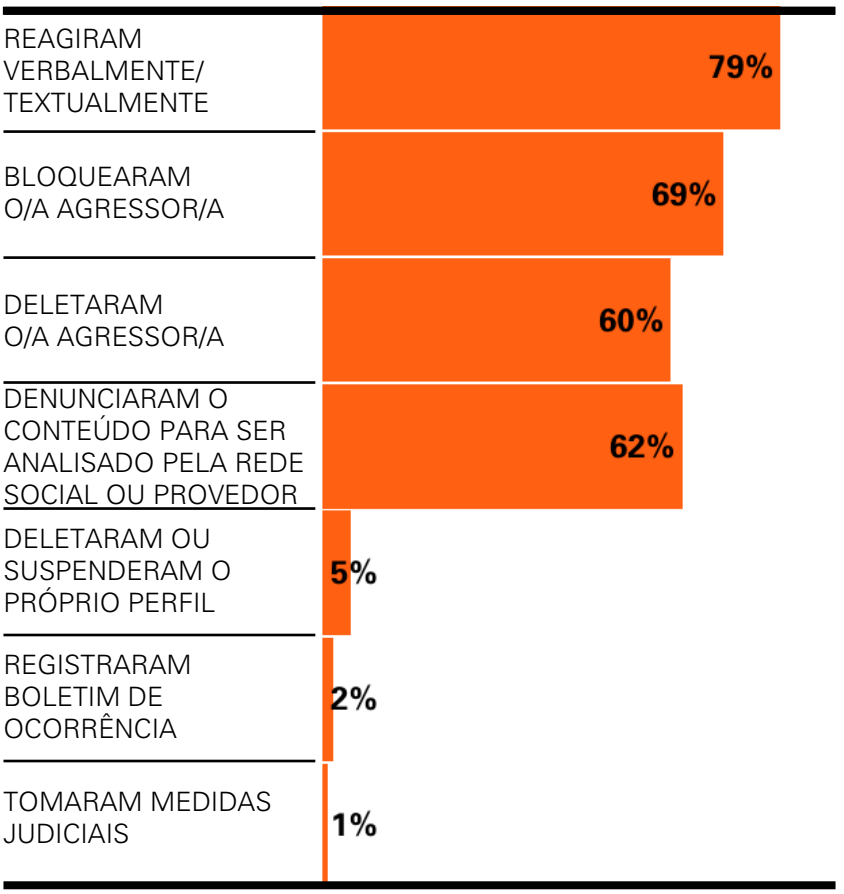


** Entrevistados responderam a questão de múltipla escolha, podendo assinalar mais de uma.*

A principal resposta adotada a respeito das violências ocorridas nas redes sociais foi a reação verbal/textual, apontada por 79% das pessoas LGBT+ que declararam ter sofrido perseguição, agressão ou ameaça.

PERGUNTA

QUAL FOI A MEDIDA TOMADA EM RELAÇÃO À PERSEGUIÇÃO, AGRESSÃO OU AMEAÇA SOFRIDA NAS REDES SOCIAIS?*



** Entrevistados responderam a questão de múltipla escolha, podendo assinalar mais de uma.*

Assim como nos casos de violência fora das redes sociais, houve baixa concentração de LGBT+ que alegou ter registrado boletins de ocorrência ou tomado providências judiciais para denunciar os atos LGBTfóbicos sofridos em ambientes de sociabilidade *online*. Nessas situações, há uma tendência expressiva em denunciar o conteúdo para o provedor em detrimento da utilização de meios policiais ou judiciais que, somados, correspondem a aproximadamente 3% das respostas das pessoas que sofreram violência.

05///

Metodologia

05///
Metodologia

A pesquisa "Violência contra LGBTs+ nos contextos eleitoral e pós-eleitoral" associa métodos quantitativos e qualitativos operados com a finalidade de compreender diferentes dimensões da incidência ou ameaça de violência(s) contra pessoas LGBT+.

Muito embora a pesquisa se utilize da expressão LGBT+ como referência a um conjunto de categorias, vale notar que partimos da compreensão de que a sigla abarca uma congregação heterogênea de grupos com diferentes necessidades e em situações diversas de vulnerabilidade.

A atenção à variabilidade das diferentes experiências aglutinadas pela sigla LGBT+ norteou as escolhas metodológicas e influenciou as análises deste estudo.

As definições a respeito dos campos de interesse a serem investigados resultaram no estabelecimento de dois eixos norteadores que estruturaram as perguntas elaboradas. São eles:

EIXO 1: Violência(s) contra LGBT+ no período eleitoral
EIXO 2: Violência(s) contra LGBT+ nas redes sociais

O eixo 1 foi definido com objetivo de obter dados de abrangência geral × dados de abrangência específica em relação às situações de violência contra pessoas LGBT+ no período eleitoral. Neste identificamos e qualificamos a(s) incidência(s) ou a ameaça(s) de violência(s), no contexto das eleições direcionada (i) à pessoa entrevistada; (ii) à pessoa próxima ou conhecida; (iii) à categoria identitária que ele/a se reconhece (L, G, B, T e/ou outra); e (iv) às pessoas LGBT+ em geral.

Já o eixo 2 compôs um conjunto de perguntas de abrangência micro × dados de abrangência específica. Este eixo foi responsável por qualificar a(s) incidência(s) ou a ameaça(s) de violência(s) contra pessoas LGBT+ no contexto das eleições que tenham ocorrido nas redes sociais.

Na etapa qualitativa, foram realizadas três entrevistas semi-estruturadas com lideranças e/ou representantes de entidades LGBT+.

O intuito dessa abordagem foi aprofundar a compreensão sobre fenômenos específicos relacionados à(s) violência(s) contra diferentes identidades de gênero não cisgêneras e orientações sexuais não heterossexuais.

A escolha dos/as entrevistados/as estabeleceu um critério de diversificação de escopo de representação das entidades em relação aos grupos identitários que compõem a sigla LGBT+. Em razão disso, foram entrevistados/as representantes da Aliança Nacional LGBTI, da Associação Brasileira de Travestis e Transexuais (ANTRA) e do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT).

As entrevistas foram realizadas por telefone ou por e-mail durante os meses de fevereiro e março de 2019.

Vale destacar que há entre essas organizações entrevistadas aquelas que também produzem ou promovem dados sobre violência contra pessoas LGBT+. Havia, portanto, um interesse compartilhado na realização destas entrevistas que proporcionaram análises especializadas de ativistas e lideranças atuantes diretamente com as situações de violência investigadas por esta pesquisa.

Em relação à etapa quantitativa, foi elaborada uma pesquisa de opinião que ocorreu por meio da aplicação de questionários com pessoas autodeclaradas LGBT+ com idade igual ou superior a 16 anos e frequentadoras de espaços de sociabilidade LGBT+ nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador.

Desde o início, era relevante para nós que um estudo direcionado a analisar a percepção de violência(s) baseada(s) em identidade de gênero e/ou orientação sexual fosse respondido exclusivamente por pessoas LGBT+. Esta definição nos conduziu a estabelecer a maneira como estas pessoas seriam acessadas. A decisão por realizar a etapa quantitativa de forma presencial permitia maior interação

com os respondentes durante a aplicação ao mesmo tempo que colaborava para mitigar as possibilidades de erro ou fraude relacionados aos critérios de recrutamento dos respondentes quanto ao perfil..

As aplicações ocorreram concomitantemente nas três cidades entre os dias 17 a 20 de janeiro de 2019, totalizando um universo de 400 respondentes. O método de recrutamento dos/as respondentes utilizado para a pesquisa foi a amostra por conveniência, ou, conforme descreveu Earl Babbie, amostra não-probabilística de "confiança em sujeitos disponíveis" (BABBIE, 2003). A técnica consiste em selecionar uma amostra não-probabilística da população que esteja acessível aos propósitos da pesquisa, de forma sistematizada e não-aleatória.

Uma barreira inicial que enfrentamos consistia no fato de não existir um universo de dados sobre a população LGBT+ no Brasil. Essa limitação traz reflexos para os critérios de recrutamento da amostra, pois inexistem informações sobre como as pessoas LGBT+ se distribuem em termos quantitativos, tampouco seu percentual relativo à população nacional. A ausência de um marco amostral sobre o público-alvo, como no caso da população LGBT+, foi determinante para que o critério de seleção da amostra dependesse do esforço de localizar o público-alvo da pesquisa, indo até onde eles estão ou nos lugares que frequentam.

A utilização dessa metodologia nos traz algumas vantagens e desvantagens. O que resultou desta etapa foi uma amostra satisfatoriamente diversa em relação a critérios como raça/etnia, escolaridade, religião e renda e faixa etária. A aplicação em locais de sociabilidade permitiu aos pesquisadores acessar espaços que são considerados seguros para o convívio de pessoas LGBT+, permitindo aplicar questionários inclusive com que não se assumiu em

relação à sua orientação sexual ou identidade de gênero em outros espaços. Isto significa dizer que parte da amostra recrutada provavelmente não poderia ser acessada de forma não-espontânea em outros lugares com a mesma facilidade.

Uma percepção compartilhada pela equipe de aplicação nas três cidades é a de que uma parcela expressiva das pessoas entrevistadas ressaltou a importância da realização de uma investigação com este escopo. Isso permite deduzir que a aplicação da pesquisa teve uma recepção positiva nos locais selecionados.

Já em relação às limitações trazidas pela aplicação de questionários a partir da amostra por conveniência, vale destacar a impossibilidade de generalizar dados e extrapolar os resultados desta amostra para a realidade. Deste modo, a amostragem representa apenas a população respondente da pesquisa.

Tendo em vista que a amostra coletada não tem caráter probabilístico, isto significa que as respostas coletadas não têm a mesma chance de serem respondidas pela população LGBT+ brasileira no geral. Além disso, o recrutamento dos/as respondentes pode sofrer influência de alguns vieses, tais como a não participação de pessoas LGBT+ que, por diferentes motivos, de natureza religiosa, financeira entre outras, não frequentam os espaços de sociabilidade selecionados.

Tomamos alguns cuidados para mitigar em parte as distorções amostrais. As medidas adotadas buscaram priorizar a qualidade do recrutamento e a evitar que grupos importantes ficassem de fora da amostra, diminuindo as chances de erros probabilísticos. Enumeramos abaixo os cuidados adotados para o recrutamento dos/as respondentes e coleta dos dados:

A. SELEÇÃO DE DISTINTAS CIDADES E CONTEXTOS

A escolha das cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador obedeceu a alguns critérios. Além de estarem entre as 5 maiores cidades do país em população, de acordo com o censo do IBGE de 2010, as três cidades concentram presença significativa da população LGBT+. A quantidade de estabelecimentos comerciais, eventos festivos e mobilizações políticas organizados por e para pessoas LGBT+ expressam a relevância destes locais para o público-alvo da pesquisa. Além disso, a escolha de duas regiões diferentes do país tende a ampliar nosso olhar diante de um mesmo evento nacional.

Em cada uma das cidades selecionadas, tivemos o cuidado de diversificar os locais de aplicação dos questionários. Essa atenção intencionou obter um recrutamento que expressasse diferentes rendas, idades e perfis.

B. APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS EM LOCAIS DE SOCIABILIDADE LGBT+

É comum que pesquisas quantitativas com pessoas LGBT+ no Brasil invistam suas técnicas de abordagem em locais de concentração dessa população, sobretudo nas Paradas do Orgulho LGBT+ nas capitais dos estados. Como o interesse deste estudo não se circunscrevia propriamente a um evento LGBT+, mas mais precisamente à dimensão das pessoas LGBT+ inseridas no interior de um evento de escala nacional, como as eleições, definimos a conveniência

desta investigação nos locais onde as pessoas LGBT+ se encontram regularmente.

Mapeamos determinados espaços de sociabilidades LGBT+ nas três cidades e neles aplicamos os questionários. Ainda que diferentes entre si, estas localidades são compostas por espaços públicos, como praças, ruas e/ou praias que geralmente estão integrados a um ou mais bares e/ou boates. Neles é comum se observar majoritária, quando não exclusiva, interação e movimentação deste público para fins de lazer ou até mesmo a trabalho.

Consideramos locais de sociabilidades LGBT+ nas regiões centrais dessas cidades que apresentam circulação histórica ou recente desta população, algumas portas de baladas e bares que atraem públicos de diferentes rendas e faixas etárias.

Na cidade de São Paulo foram aplicados 205 questionários nos entornos da Praça Franklin Roosevelt, na Rua Augusta e na Rua Frei Caneca, localizadas no bairro Consolação, além das imediações do Largo do Arouche, no bairro República. No Rio de Janeiro, a aplicação de 100 questionários ocorreu no bairro Botafogo, na rua Voluntários da Pátria e seus entornos, além da Praia de Ipanema, próximo à região do Posto 9, como a Rua Farme de Amoedo. Em Salvador, foram aplicados 95 questionários no centro da cidade, no bairro Rio Vermelho e nos entornos da Avenida Carlos Gomes, no bairro Dois de Julho.

C. CRITÉRIOS DE CHECAGEM E DE DIVERSIFICAÇÃO DE CATEGORIAS IDENTITÁRIAS

Contornando a impossibilidade de estabelecer parâmetros amostrais sobre cada uma das orientações sexuais e identidades de gênero aglutinadas na sigla LGBT+, estipulamos uma meta mínima de amostragem (piso) de 1% e meta máxima de amostragem (teto) de 50% para cada uma das seguintes categorias identitárias: lésbicas, gays, bissexuais, travestis, homens trans e mulheres trans. Após a aplicação, foi realizada checagem das respostas via telefone com aproximadamente 20% dos respondentes.

Apesar dos critérios mínimos e máximos estipulados terem sidos alcançados para todas as categorias, vale destacar que os segmentos identitários não foram representados de formas equivalentes entre si. A amostra coletada aponta uma sobre-representação de homens gays e pessoas cisgêneras em face de uma sub-representação de pessoas trans, não binárias e outras possibilidades de vivências em termos de orientação sexual e/ou identidade de gênero.

Essa defasagem entre os grupos identitários participantes nos informa sobre algumas desigualdades internas às pessoas LGBT+. A concentração de homens cis, brancos e gays e a dispersão de pessoas trans, reflete, em certa medida, o modo como os espaços de sociabilidade escolhidos são frequentados dentre o público LGBT+.

A partir das limitações descritas, das medidas tomadas e dos recursos utilizados em associação, é possível afirmar que o conjunto de respondentes ofereceu relativa diversidade de perfis sociodemográficos, como demonstram as características gerais da amostra apresentadas no anexo deste relatório.

06///
Conclusões

Os resultados da pesquisa indicam um efetivo aumento da percepção de violências cometidas contra pessoas LGBT+ desde o começo das eleições de 2018 até as primeiras semanas 2019. Neste período, ser LGBT+ no Brasil significou, para ao menos 92,5% dos/as participantes, levar a vida cotidiana em meio a um ambiente político mais agressivo, já que foi esse o percentual que relacionou a percepção do aumento de violência ao período eleitoral e pós-eleitoral.

Entendemos que os discursos contrários aos direitos LGBT+, que se destacaram no mesmo período, amplificaram o repertório de discriminações contra pessoas LGBT+ nas ruas e no ambiente familiar. Durante os meses de campanha, a expressão da violência contra essa população ganhou novos formatos, como ameaças que se utilizavam de propostas de campanhas anti-LGBT+ nas ruas, o uso de gestos simulando armas de fogo e a elaboração de informações falsas ou ofensivas com o objetivo de produzir pânicos morais envolvendo gênero e sexualidade. Metade dos/as participantes desta pesquisa, por exemplo, sofreu violência verbal durante as eleições.

Ainda que a LGBTfobia seja presente no dia-a-dia da população brasileira, como mostram os índices anuais de homicídios contra tais grupos, é preciso se ater ao dado de 51% dos participantes que disseram ter sofrido violência durante as eleições por serem LGBT+. Relevante, o percentual pode ser lido como uma expressão do processo mais amplo de legitimação de discursos discriminatórios e ofensivos. Não à toa, concluímos que as pessoas entrevistadas não apenas identificaram aumento na violência durante as eleições, como afirmaram enxergar uma escalada de violência mesmo com o término do pleito eleitoral.

Dentre os grupos que compõem a sigla LGBT+, há uma distribuição desigual das situações de violência. Travestis, homens trans e mulheres trans ainda são mais agredidas/os, mesmo quando levamos em conta a baixa participação destas categorias na amostra. Mulheres lésbicas sofrem mais assédio moral em relação às demais categorias e seus principais agressores são amigos ou conhecidos. Conseguimos avançar um pouco mais: as ruas e locais públicos disparam como os espaços mais violentos para este público. Além disso, para cada 20 pessoas ouvidas, 3 haviam

sofrido algum tipo de violência em ambiente familiar.

Embora não tenhamos dados quantitativos sobre violências não-letais contra LGBT+ nos anos anteriores, merece atenção a alta frequência com que as violências ocorreram durante as eleições. A maior parte das pessoas que responderam à pesquisa afirmou que as violências ocorreram mais de três vezes durante o período analisado. Há, portanto, um forte indício de que tais violências não tenham sido casos isolados, tendo ocorrido de forma sistemática em diferentes locais do Brasil e a partir de um conjunto de práticas e discursos atrelados às eleições.

Se, por um lado, os índices apresentados são alarmantes, é também necessário destacar que os/as respondentes desta pesquisa apresentaram elevado grau de engajamento político no período analisado. Pessoas LGBT+ se manifestaram e marcaram posicionamento político tanto nas redes quanto nas ruas, politizando as incidências ou ameaças de violência sofridas por diferentes grupos.

Cerca de um terço das pessoas consultadas alegaram ter tido medo ou receio de expor conteúdo político nas redes sociais. Essa tendência caminha tanto no sentido de como as relações se estabelecem nas redes sociais, como se aproxima da percepção de que era necessário sair em defesa dos direitos LGBT+. Durante aqueles meses, diversas pessoas LGBT+ relataram ter tomado parte de discussões em redes sociais sobre temas envolvendo gênero e sexualidade. Isso não significa, porém, que podemos considerar as redes um lugar totalmente seguro para esta população. Houve praticamente unanimidade dentre os respondentes (98,5%) ao concordar que as campanhas políticas anti-LGBT foram responsáveis por um aumento da violência contra pessoas LGBT+ nas redes sociais.

Fora das redes, a participação em atos ou atividades

de rua foi adotada como forma de engajamento por 70% das pessoas consultadas. Embora o apoio a candidaturas e a participação em debates nas redes sociais superem esse número, chama a atenção a recorrência de respondentes que relataram a participação em manifestações como o #EleNão e "LGBT contra Bolsonaro".

Para 2019, está posto o desafio do enfrentamento destas violências, que não pode ser encarado de forma dissociada da escalada de agressões motivadas por discursos de governantes e legisladores/as empenhados/as em emplacar uma agenda anti-LGBT no Congresso Nacional e nas casas legislativas. A precariedade das proteções legais direcionadas à população LGBT+ determina um quadro crítico de atenção dada a estes grupos de forma institucional. Nesta pesquisa, ficou nítido que os participantes utilizam em baixa intensidade as vias policiais e judiciais como meio de proteção ou reparação. Mesmo correr ou fugir foi uma medida tomada com maior frequência do que o registro de boletins de ocorrência ou o ingresso de ações judiciais. Essa tendência ilustra bem o caminho que ainda temos a percorrer na defesa das minorias e no combate à discriminação LGBTfóbica no Brasil.

07///
Recomendações

Os resultados sugerem a predominância de precariedades ou vulnerabilidades em diferentes dimensões das vidas de pessoas LGBT+. Algumas recomendações podem colaborar com a redução das violências contra estes grupos e a efetivação de seus direitos

>>>
Censos e dados estatísticos oficiais devem levar em consideração as variáveis identidade de gênero e orientação sexual de modo a oferecer informações que permitam qualificar a população LGBT+ brasileira.

>>>
Jornalistas e veículos de comunicação devem empenhar esforços na apuração de violências cometidas contra pessoas LGBT+. Matérias e reportagens sobre estas ocorrências são fonte primária de levantamentos e mensuração de mortes contra pessoas LGBT+ no Brasil.

>>>
Serviços judiciais e policiais devem estar preparados para o acolhimento e atendimento de pessoas LGBT+, cumprindo com o efetivo exercício do direito destas pessoas.

>>>
Provedores e serviços de redes sociais devem tomar responsabilidade pela proliferação de notícias falsas de caráter ofensivo ou vexatório sobre temas envolvendo gênero e sexualidade, bem como pelas ameaças ou violências direcionadas a pessoas LGBT+ nas plataformas.

>>>
Serviços e equipamentos públicos de cultura e educação devem promover a conscientização sobre as discriminações e violências cometidas contra LGBT+. A sensibilização sobre as agressões vividas por tais grupos caminha no sentido da redução das desigualdades e da promoção de uma sociedade mais justa.

Referências

AZEVEDO, Ana Luísa et al. 2017. *Dados públicos sobre violência homofóbica no Brasil: 28 anos de combate ao preconceito*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas.

BENEVIDES, Bruna; Nogueira, Sayonara Bonfim. 2019. *Dossiê: Assassinatos e violências contra travestis e transexuais no Brasil em 2018*. Brasil. pp-2-60. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2018.pdf>. Acessado em: mar. 2019.

Brasil. 2012. *Secretaria de Direitos Humanos Relatório sobre violência homofóbica no Brasil : ano de 2011*. Brasília, DF : Secretaria de Direitos Humanos. pp. 4-127. Disponível em: <http://bibspi.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/572/Relatorio%20Violencia%20Homofobica%202011.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acessado em: mar. 2019.

___. 2013. *Secretaria de Direitos Humanos Relatório sobre violência homofóbica no Brasil : ano de 2012*. Brasília, DF : Secretaria de Direitos Humanos. pp. 7-101. Disponível em: <http://rcdh.es.gov.br/sites/default/files/RELATORIO%20VIOLENCIA%20HOMOFOBICA%20ANO%202012.pdf>. Acessado em: mar. 2019.

___. 2016. *Secretaria de Direitos Humanos Relatório sobre violência homofóbica no Brasil : ano de 2013*. Brasília, DF : Secretaria de Direitos Humanos. pp. 3-78. Disponível em: <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/RelatorioViolenciaHomofobicaBR2013.pdf>. Acessado em: mar. 2019.

CARRARA, Sérgio; Ramos, Silvia. 2005. *Política, direitos, violência e homossexualidade. Pesquisa 9ª Parada do Orgulho GLBT – Rio 2004*. Rio de Janeiro: CEPESC.

___; Ramos, Silvia; Simões, Júlio; FAcchini, Regina. 2006. *Política, direitos, violência e homossexualidade. Pesquisa 9ª Parada do Orgulho GLBT – São Paulo 2005*. Rio de Janeiro: CEPESC.

___; Ramos, Silvia; Lacerda, Paula; Medrado, Benedito; Vieira, Nara. 2007. *Política, direitos, violência e homossexualidade. Pesquisa 5ª Parada da Diversidade – Pernambuco* 2006. Rio de Janeiro: CEPESC.

Facchini, Regina; França Isadora Lins; Venturi, Gustavo. 2007. *Sexualidade, cidadania e homofobia: pesquisa 10ª Parada do Orgulho GLBT de São Paulo – 2006*. São Paulo: APOGLBT-SP.

MATOS, Victor Chagas; Lara, Erick Baptista Amaral de. 2018. *Dossiê LGBT+ 2018.* Rio de Janeiro : RioSegurança, pp. 9-73. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/8528204/4225954/DossieLGBT1.pdf>. Acessado em: mar. 2019.

MOTT, Luiz; Michels, Eduardo, Michels; Paulinho. 2018. *Pessoas LGBT mortas no Brasil*. Relatório 2017 - Grupo Gay da Bahia, Salvador. pp. 1-22. Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf>. Acessado em: mar. 2019.

PERES, Milena Cristian Carneiro; Suave, Felippe Soares; Dias, Maria Clara. 2018. *Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017.* Rio de Janeiro: Livros Ilimitados. pp. 13-114. Disponível em: <https://dossies.agenciapatricia-

galvao.org.br/fontes-e-pesquisas/wp-content/uploads/sites/3/2018/04/Dossi%C3%AA-sobre-lesboc%C3%ADdio-no-Brasil.pdf>. Acessado em: mar. 2019.

TGEU. 2016. *Transrespect versus transphobia worldwide*. Transgender Europe. Disponível em: <https://transrespect.org/en/idahot-2016-tmm-update/>. Acessado em: mar. 2019.

___. 2018. *Transrespect versus transphobia worldwide.* Transgender Europe. <https://transrespect.org/wp-content/uploads/2018/11/TvT_TMM_TDoR2018_Tables_EN.pdf>.. Acessado em: mar. 2019.

Fontes jornalísticas

[1] *Número de candidatos cresce 286% em 2018, diz pesquisa.* Exame. 2018. Disponível em:<https://exame.abril.com.br/brasil/eleicoes-2018-numero-de-candidatos-lgbt--cresce-386/> Acessado em: fev. 2019.

[2] *Eleições 2018: Número de candidatos trans e travestis cresce 10 vezes e mira Congresso*. O Globo. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/eleicoes-2018-numero-de-candidatos-trans-travestis-cresce-10-vezes-mira--congresso-23023231>. Acessado em: fev. 2019.

[3] *O que Bolsonaro já disse de fato sobre mulheres, negros e gays*. El Pais. 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/06/politica/1538859277_033603.html>. Acessado em: mar. 2019.

[4] *Relatos de violência com motivação política se espalham pelo país; veja mapa e informe seu caso aqui*. Opera Mundi. 2018. <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/53622/relatos-de-violencia-com-motivacao-politica-se-espalham-pelo-pais-veja-mapa-e-informe-seu-caso-aqui>. Acessado em: mar. 2019.

[5] *"Logo a gente te mata" As ameaças contra LGBTs ouvidas nessas eleições*. 2018. Universa. Disponível em:

<https://universa.uol.com.br/noticias/redacao/2018/10/10/lgbts-ameacas-homofobia-eleicoes.htm>. Acessado em: mar. 2019.

[6] *Morte, ameaças e intimidação: o discurso de Bolsonaro inflama radicais*. El País. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/09/politica/1539112288_960840.html>. Acessado em: mar. 2019.

[7] *Sobre o #VítimasDaIntolerância*. Pública. 2018. Disponível em: <https://www.vitimasdaintolerancia.org/about.html>. Acessado em: fev. 2019.

[8] *Casais gays antecipam casamento com medo de perder direitos sob Bolsonaro*. Folha de São Paulo. 2018. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/11/casais-gays-antecipam-casamento-por-temer-retrocesso-em-gestao.shtml>. Acessado em: mar. 2019.

[9] *Relatos de 3 LGBTs que adiaram voltar ao Brasil com medo de ataques homofóbicos*. Notícias Uol. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/11/21/brasileiros-lgbt-fora-do-brasil--medo-eleicoes-bolsonaro-violencia-nao-pensam-em-voltar.htm?cmpid=copiaecola>. Acessado em: mar. 2019.

[10] *Sem diretrizes claras no governo Bolsonaro, LGBTs temem violência e descaso*. Exame. 2019. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/eleicoes-2018-numero--de-candidatos-lgbt-cresce-386/>. Acessado em: fev. 2019.

[11] *Com medo de ameaças, Jean Wyllys, do PSOL, desiste de mandato e deixa o Brasil*. Folha de São Paulo. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/com-medo-de-ameacas-jean-wyllys-do-psol-desiste-de-mandato-e-deixa-o-brasil.shtml>. Acessado em: mar. 2019.

[12] *Brazil's sole openly gay congressman leaves country after death threats*. The Guardian. 2019. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2019/jan/24/jean--wyllys-brazils-openly-gay-congressman-leaves-job-country-amid-death-threats>. Acessado em: mar. 2019

[CRÉDITOS DAS IMAGENS]

pg 5
Lan Pham

pg 12
Tuane Fernandes/Midia Ninja
José Cruz/Agência Brasil

pg 16
upslon

pgs 15, 28, 50 e quarta capa
mídia ninja